

22 JUL 1989

O duplo benefício da queda dos juros

ESTADO DE SÃO PAULO

Dinda Ext

O presidente do *Federal Reserve Board* dos Estados Unidos, Alan Greenspan, anunciou no Congresso norte-americano que pretende reduzir as taxas de juros, hoje bastante elevadas, da ordem de 11% ao ano. O objetivo é o de propiciar leve reaquecimento à economia estadunidense, sem que disso advenham grandes pressões inflacionárias. O FED, que é independente do governo, entende não haver riscos, uma vez que a previsão de inflação para o próximo ano caiu de 5,5% para 4,5%. Com a redução da taxa de juros, a economia norte-americana deve crescer em torno de 2,7% ainda este ano. Evidentemente, isso vai depender da conjuntura internacional e da não ocorrência de choques externos severos, o que não se prevê, neste momento. No fundo, o FED está adotando a tradicional política pendular de aumentar os juros quando a demanda fica muito aquecida, com o surgimento de pressões inflacionárias, e de reduzi-los no caso oposto.

A decisão ora anunciada é duplamente positiva para o

Brasil. Primeiro, porque a prática de uma taxa elevada de juros onera, inapelavelmente, a dívida externa brasileira e o seu serviço. O Brasil e os países devedores têm sofrido severas penalizações em razão de um fator sobre o qual não exercem nem poderão exercer qualquer influência: as taxas de juros no mercado internacional. Neste caso, somos meros e ansiosos espectadores. A associação de juros elevados e da crise do petróleo explicam, em grande parte, a acumulação de uma dívida de 110 bilhões de dólares, que poderia ter sido bem menor se tivéssemos contido — e jamais expandido! — o consumo e a importação do produto comprado à vista com dinheiro levantado no mercado financeiro internacional. Compramos mais e acabamos pagando juros mais elevados. Não agimos sobre um dos itens sobre o qual poderíamos ter atuado.

A segunda consequência da redução da taxa de juros é mais delicada e igualmente importante. Ela afasta a possibilidade de uma recessão e prevê um crescimento da economia muni-

dial. Com isso, mantém-se a perspectiva de sustentarmos e até ampliarmos as nossas exportações para os Estados Unidos e para a Europa. O que é vital para o Brasil a curto e médio prazo, porquanto nada seria pior para nós do que a reversão da atual tendência do mercado internacional, principalmente nestes meses angustiantes que antecedem a eleição presidencial e a posse do candidato eleito.

Da manutenção do nosso fluxo de exportações vai depender, em grande parte, o desempenho da nossa economia, notadamente em um setor extremamente delicado, como o é o cambial. Somente sustentando um superávit favorável na balança comercial poderemos acumular divisas, honrar os compromissos externos, evitar retaliações que se refletiriam no financiamento das exportações e, ao mesmo tempo, manter o atual nível de desempenho econômico. Conforme assinalamos há dias, a agricultura e o mercado externo vêm evitando o agravamento da crise interna.

O que o governo deve fazer

agora é aproveitar esse anunciado aquecimento da economia norte-americana e intensificar as exportações brasileiras para o nosso principal mercado externo. Evidentemente, requerer-se-ão muita sensibilidade e finura diplomática para contornar os problemas que vêm surgindo nas relações comerciais entre os dois países. Não estamos convencidos de que nossos negociadores disponham dessa habilidade — se a possuem, não a demonstraram até agora. Somente a título de ilustração, seria muito oportuno que o sr. Paulo Nogueira Batista, nosso representante na ONU, pensasse duas vezes antes de lançar increpações nos fóruns internacionais, acusando a todos e dando a entender que esta é a hora do confronto. Não, não é. É, sim, a hora de aproveitar a redução da taxa de juros no mercado internacional, o que permitirá um aquecimento da economia ocidental e maiores exportações. Isso é pragmatismo (não aquele, o “responsável”). Tudo o mais se resume em palavras impensadas que apenas prejudicam o Brasil.